

418/A

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

2006/2007

Pelo presente instrumento SINDEAC - SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EDIFÍCIOS E CONDOMÍNIOS, EM EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ASSEIO, CONSERVAÇÃO, HIGIENIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO, PORTARIA, VIGIA E DOS CABINEIROS DE BELO HORIZONTE, situado na Rua Jaceguai, nº 164, Prado, Belo Horizonte, CEP: 30.410-510 e SINDICON - SINDICATO DOS CONDOMÍNIOS COMERCIAIS, RESIDENCIAIS E MISTOS DE BELO HORIZONTE E REGIÃO METROPOLITANA, com sede na Rua Tomé de Souza, nº 503, sala 308/309, Savassi, Belo Horizonte, CEP 30.140-130, respaldo na livre negociação assegurada na Constituição Federal vigente, aqui representados pelos seus presidentes, celebram a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

PRIMEIRA - CORREÇÃO SALARIAL - Os salários da categoria profissional, em 1º de setembro de 2006, data-base da categoria, serão corrigidos e pagos pela aplicação do índice de **4,99% (quatro vírgula noventa e nove por cento)** aplicados sobre os salários vigentes no mês de **setembro de 2005**. Para os empregados admitidos a partir de **01/10/2005** o reajuste poderá ser proporcional a data de admissão.

SEGUNDA - PISOS SALARIAIS - A partir de 1º de setembro de 2006 nenhum integrante da categoria profissional poderá receber salário inferior aos pisos abaixo especificados:

PISO SALARIAL MÍNIMO	R\$ 380,00
FAXINEIRA ou SERVENTE	R\$ 380,00
ASCENSORISTA	R\$ 381,83
GARAGISTA	R\$ 410,85
PORTEIRO ou VIGIA	R\$ 498,97
ZELADOR ou ENCARREGADO	R\$ 528,68
MANOBRISTA	R\$ 475,84

TERCEIRA - SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO - O salário do substituto eventual será idêntico ao do empregado substituído enquanto perdurar a substituição.

QUARTA - ABONO DE FALTA À MÃE TRABALHADORA - Será abonado o dia não trabalhado da empregada, uma vez por mês, que necessitar assistir seus filhos menores de 14 (quatorze) anos em médicos, mediante comprovação através do atestado médico.

QUINTA - EMPREGADO ESTUDANTE- Fica assegurado ao empregado estudante, nos dias de provas escolares que coincidam com o horário de trabalho, sua ausência do condomínio, 2 (duas) horas antes e até 1 (uma) hora após o término da prova ou exame, desde que pré-avise o empregador com um mínimo de 24 (vinte e quatro) horas e comprove o seu comparecimento às provas ou exames, por documento fornecido pelo estabelecimento de ensino.

SEXTA - ABONO DE FALTA PARA RECEBIMENTO DO PIS - Abono de falta ao trabalhador que se ausentar do serviço até 4 (quatro) horas, para fins de recebimento do PIS, mediante comprovação.



419/A

VIGÉSIMA PRIMEIRA – ANOTAÇÃO CTPS - O empregador, obrigatoriamente, anotará na Carteira de Trabalho e Previdência Social, a real função exercida pelo empregado sob pena de, não o fazendo, pagar-lhe o maior salário da classe.

VIGÉSIMA SEGUNDA – DISPENSA DO AVISO PRÉVIO - O empregado que estiver cumprindo aviso prévio e que conseguir outro emprego durante o período do mesmo, será dispensado do trabalho, sem perda da respectiva remuneração dos dias trabalhados.

VIGÉSIMA TERCEIRA - DIA DO TRABALHADOR - Fica instituído o dia 14 (quatorze) de maio, como sendo o dia dos trabalhadores em edifícios (condomínios).

VIGÉSIMA QUARTA – CONFERÊNCIA DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO - O Sindicato Profissional, se solicitado, fará conferência dos valores das parcelas rescisórias do contrato de trabalho do empregado, antes da data do efetivo pagamento previsto em Lei e homologação do mesmo.

VIGÉSIMA QUINTA – JORNADA ESPECIAL DE 12 X 36 HORAS – Faculta-se a adoção do sistema de trabalho denominado “Jornada Especial”, com 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de folga, sem redução do salário, respeitados os pisos salariais da categoria.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para os que trabalham sob a denominada “Jornada Especial”, as 12 (doze) horas serão entendidas como normais, sem incidência de adicional referido na Cláusula 15ª (décima quinta), ficando esclarecido igualmente não existir horas extras no caso de serem ultrapassadas as 44 (quarenta e quatro) horas semanais, desde que o excesso seja compensado na semana seguinte, o que é próprio desta “Jornada Especial”.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica assegurado, no curso desta “Jornada Especial”, um intervalo de 01(uma) hora para repouso e refeição.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Na hipótese de não concessão pelo empregador do intervalo acima referido, este ficará obrigado a remunerar o período correspondente com um acréscimo de 70% (setenta inteiros por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO - Consideram-se normais os dias de domingo e feriados laborados nesta jornada especial, não incidindo a dobra de seu valor.

VIGÉSIMA SEXTA – BANCO DE HORAS – Mediante acordo firmado com as entidades convenientes, os condomínios poderão adotar o sistema de compensação de horas extras, pelo qual as horas extras efetivamente realizadas pelos empregados, limitada a 2 (duas) horas diárias, durante o mês, poderão ser compensadas, no prazo de até 120 (cento e vinte dias) dias após o mês da prestação da hora, com reduções de jornadas ou folgas compensatórias.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Na hipótese de, ao final do prazo previsto no *caput*, não tiverem sido compensadas todas horas extras prestadas, as restantes deverão ser pagas como horas extras, ou seja, conforme previsto na cláusula 15ª.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caso concedidas reduções de jornadas ou folgas compensatórias, além do número de horas extras efetivamente prestadas pelo empregado, essas não poderão se constituir como crédito para o condomínio, a serem descontadas após o prazo do *caput* desta cláusula.

[Handwritten signatures and initials]

420/A

VIGÉSIMA SÉTIMA - REUNIÕES - Fica estabelecido que os cursos e reuniões, quando de comparecimento obrigatório, deverão ser realizadas durante a jornada normal de trabalho ou, se fora do horário normal, mediante pagamento de horas extras (Ac.TST, Pleno 1339/8º. RO/DC 85/82 - 31/08/82).

VIGÉSIMA OITAVA - TRABALHO NA FOLGA E FERIADOS - Os empregados que trabalharem em dias de repouso ou feriado, perceberão, além do salário normal, as horas efetivamente trabalhadas com acréscimo de 100% (cem por cento) sobre a hora normal, podendo ser compensado até o último dia do mês subsequente ao da apuração.

VIGÉSIMA NONA – CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS - Os empregadores ficam obrigados a descontar em folha de pagamento as contribuições aprovadas pelos trabalhadores a favor do Sindicato Profissional e repassado ao mesmo.

TRIGÉSIMA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL - EMPREGADOS - Cumprindo deliberação da Assembléia Geral Extraordinária da categoria, os empregadores ficam obrigados a descontar de cada empregado no salário corrigido do mês de **maio de 2007**, devidamente corrigido, a quantia equivalente a **6% (seis por cento)** dos salários, limitado ao valor de R\$ 42,00 (quarenta e dois reais) por empregado, destinando a importância descontada ao SINDEAC a título de Contribuição Assistencial, mediante depósito na conta corrente nº 500.220-4, existente na Caixa Econômica Federal, Agência 085 – Inconfidentes – situada na Rua Curitiba, nº 888, Belo Horizonte, através de guia própria fornecida pela Entidade Sindical ou via DOC, até o dia **10 de junho de 2007**, acompanhada da relação nominal dos empregados com a respectiva remuneração de cada um, sob pena de pagamento de multa de 10% (dez por cento) do valor devido, acrescido de juros e correções legais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – NOVOS EMPREGADOS – Dos empregados que vierem a ser contratados após **maio de 2007**, o desconto será efetuado no mês seguinte ao de admissão e proporcionalmente a data de admissão, desde que o mesmo ainda não tenha contribuído com essa Entidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ao trabalhador que não concordar com o desconto previsto nesta cláusula fica assegurado o direito de oposição direta e pessoalmente ao Sindicato Profissional ou mediante correspondência individualizada com AR (aviso de recebimento) enviada pelos Correios ao sindicato profissional, no prazo de quinze dias úteis, contados da data efetiva do início da vigência do instrumento normativo, após o prazo do artigo 614, parágrafo primeiro, da CLT.

TRIGÉSIMA PRIMEIRA - CARTÃO DE PONTO - Os cartões de ponto, folhas ou livros-ponto quando utilizados pelos condomínios deverão ser marcados ou assinados pelo próprio empregado, não sendo admitido o apontamento por terceiros sob pena de invalidade nos termos da Lei.

TRIGÉSIMA SEGUNDA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL - As entidades pertencentes à categoria econômica (Condomínios Comerciais, Residenciais e Mistos, Shoppings Centers e Apart Hotéis), vinculados a esta convenção coletiva, com ou sem empregados, se obrigam a recolher em favor do **Sindicato dos Condomínios Comerciais, Residenciais e Mistos de Belo Horizonte e Região Metropolitana**, a título de contribuição confederativa, para custeio do sistema confederativo da representação sindical, nos termos do inciso IV do artigo 8º da Constituição Federal, conforme a tabela:

CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS

Até 09 apartamentos	R\$ 53,60
de 10 a 25 apartamentos	R\$ 86,07
acima de 25 apartamentos	R\$ 154,29

[Handwritten mark]

[Handwritten signature]

421
A

COMERCIAIS E MISTOS
(Salas e Lojas - Apartamentos e Lojas - Exclusivamente Lojas)

Até 20 unidades	R\$ 146,17
de 21 a 50 unidades	R\$ 203,02
de 51 a 150 unidades	R\$ 289,08
de 151 a 250 unidades	R\$ 493,72
acima de 251 unidades	R\$ 704,87

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contribuição confederativa, de que trata esta cláusula deverá ser recolhida em favor do **Sindicato dos Condomínios Comerciais, Residenciais e Mistos de Belo Horizonte e Região Metropolitana**, junto à Caixa Econômica Federal, agência ABC-2255, Av. Getúlio Vargas, 453, Belo Horizonte, conta nº 500.160-6, até o dia 10/06/2007.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O recolhimento fora do prazo será acrescido de multa de 10% (dez por cento) e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A distribuição da contribuição confederativa será a seguinte:

SINDICON	75,0%
FECOMÉRCIO-MG	20,0%
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO	5,0%

PARÁGRAFO QUARTO - O condomínio poderá se opor aos descontos de que trata a presente cláusula, manifestando-se por escrito ao SINDICON no prazo de 10 (dez) dias, a contar da assinatura da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

TRIGÉSIMA TERCEIRA - PROFISSIONAL SENAC / SINDICATO - Os empregados diplomados pelo curso ministrado pelo SENAC/SINDICATO terão uma bonificação no valor de 10% (dez inteiros por cento) sobre o salário nominal do empregado, pago uma única vez, na apresentação do diploma.

TRIGÉSIMA QUARTA – ABRANGÊNCIA - A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrange todos os empregados de edifícios e condomínios comerciais, residenciais e mistos, de condomínios de Shopping Centers e de Apart Hotéis.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os pisos salariais da presente Convenção Coletiva de Trabalho não se aplicam aos empregados de Apart Hotéis e Shopping Centers, cujos valores serão negociados e apresentados em termo aditivo a esta Convenção, aplicando-se, no entanto, todos os demais dispositivos convencionados.

TRIGÉSIMA QUINTA - CESTA BÁSICA DE ALIMENTOS - Recomendam-se aos empregadores que forneçam mensalmente cestas básicas de alimentos aos seus empregados de acordo com a lei 6321, regulamentada pelo decreto 78676 de 08/09/76.

TRIGÉSIMA SEXTA - PLANO BÁSICO DE SAÚDE – Recomendam-se aos condomínios, desde que haja interesse dos mesmos, a adesão ao Plano Básico de Saúde mantido pelo SINDEAC, sendo que a referida adesão somente se efetivará mediante Acordo Coletivo celebrado pela Entidade Sindical Profissional e o Condomínio interessado.

TRIGÉSIMA SETIMA – PENALIDADE - A violação de qualquer Cláusula da presente CCT sujeitará o infrator às sanções previstas em lei, além da multa de um piso salarial da classe para cada cláusula violada, revertida a mesma em favor do empregado ou para o Sindicato.



422/A

TRIGÉSIMA OITAVA - RESCISÃO INDIRETA - No caso de descumprimento pelo empregador, de qualquer Cláusula prevista nesta CCT, fica facultado ao empregado rescindir o contrato de trabalho com fundamento no Art.483 da CLT.

TRIGÉSIMA NONA – DIFERENÇAS SALARIAIS – As diferenças salariais dos meses de setembro/2006 a maio/2007, em decorrência das correções salariais previstas na Cláusula Primeira da CCT, poderão ser pagas em três vezes, juntamente com os salários dos meses de maio, junho e julho de 2007.

QUADRAGÉSIMA - VIGÊNCIA - A presente Convenção terá vigência pelo prazo 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de setembro de 2006 a 31 de agosto de 2007, aplicando-se as disposições legais que regem a matéria. E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a presente Convenção Coletiva de Trabalho foi lavrada em 6 (seis) vias de igual forma e teor, sendo levada a registro e depósito junto à Delegacia Regional do Trabalho, em Minas Gerais.

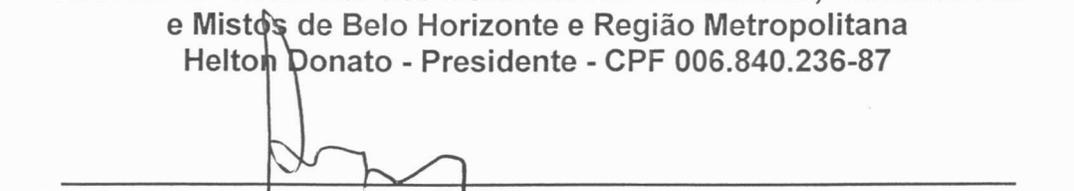
QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO - Nenhum dispositivo em contrato individual de trabalho que contrarie as normas desta Convenção Coletiva de Trabalho poderá prevalecer sobre a execução da mesma e serão nulas de pleno direito, com exceção de acordo devidamente assistidos por este órgão de classe.

QUADRAGÉSIMA SEGUNDA – DOCUMENTOS HOMOLOGAÇÃO – No ato da homologação de rescisão de contrato de trabalho os condomínios, apart hotéis e shopping center's deverão apresentar ao Sindicato Profissional comprovante de recolhimento das Contribuições Sindicais patronal e profissional além das taxas e contribuições previstas na presente Convenção Coletiva.

Belo Horizonte, 08 de maio de 2007.

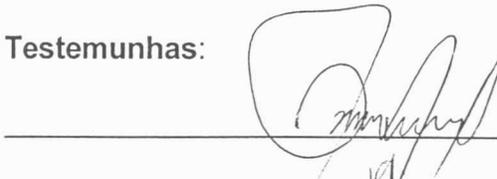


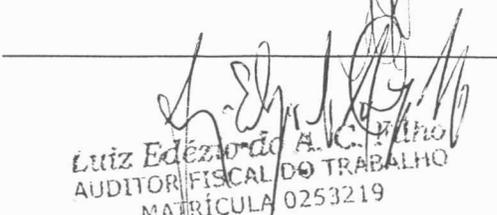
SINDICON - Sindicato dos Condomínios Comerciais, Residenciais e Mistos de Belo Horizonte e Região Metropolitana
Helton Donato - Presidente - CPF 006.840.236-87



SINDEAC - Sindicato dos Empregados em Edifícios e Condomínios, em Empresas de Prestação de Serviços em Asseio, Conservação, Higienização, Desinsetização, Portaria, Vigia e dos Cabineiros de Belo Horizonte
Paulo Roberto da Silva – Presidente - CPF 216.861.066-53

Testemunhas:




Luiz Edézardo A. C. Filho
AUDITOR FISCAL DO TRABALHO
MATRÍCULA 0253219

PROTÓCOLO
Em 09/05/2007

<p>MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO DELEGACIA REGIONAL EM MINAS GERAIS</p> <p>Nos termos do Art. 614, C.L.T., Deito o pedido de depósito da presente convenção coletiva de trabalho, constante do processo n.º <u>16211004748/dout - FG</u> Registrado e Arquivado na DRT/MG sob o n.º <u>MT-000448/dout</u> DT, em <u>18</u> / <u>05</u> / <u>2007</u></p>
